



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

31 de dezembro de 2018 e 2017

com Relatório dos Auditores Independentes
e Relatório da Administração



Índice

31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	6
BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)	7
BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO	10
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)	11
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL	13
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	13
NOTA 04 - CONTAS A RECEBER	16
NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	17
NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	17
NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)	18
NOTA 08 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)	18
NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	19
NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO	19
NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES	19
NOTA 13 - RECEITAS	19
NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS	20
NOTA 15 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	20
NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS	20
NOTA 17 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	20
NOTA 18 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	20
NOTA 19 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)	21
NOTA 20 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO	21
NOTA 21 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS	22
NOTA 22 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA	22
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	27

Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2018 e 2017



DADOS DA INSTITUIÇÃO

Sede Matriz:

Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

CNPJ 87.115.838/0001-09

Avenida Caí, 82 – Cristal – Porto Alegre / RS

Sedes Administrativas:

Sede Administrativa Central Sul Rio-grandense

CNPJ 87.115.838/0080-02

Avenida João Wallig, 596 – Passo D'Areia – Porto Alegre / RS

Sede Administrativa Sul Rio-grandense

CNPJ 87.115.838/0060-69

Avenida Caí, 82 – Cristal – Porto Alegre / RS

Sede Administrativa Ocidental Sul Rio-grandense

CNPJ 87.115.838/0071-11

Rua São Cristóvão, 618 – Hammarstron – Ijuí / RS

Internato:

Instituto Adventista Cruzeiro do Sul

CNPJ 87.115.838/0080-02

Avenida Sebastião Amoretti, 2130 – Centro – Taquara / RS

Unidades Escolares:

Colégio Adventista de Esteio

CNPJ 87.115.838/0008-85

Rua Santo Amaro, 218 – Centro – Esteio / RS

Colégio Adventista de Gravataí

CNPJ 87.115.838/0025-86

Rua Irma Vieira, 75 – Monte Belo – Gravataí / RS

Colégio Adventista de Novo Hamburgo

CNPJ 87.115.838/0011-80

Rua Visconde de Taunay, 423 – Rio Branco – Novo Hamburgo / RS

Colégio Adventista de Porto Alegre Zona Norte

CNPJ 87.115.838/0032-05

Rua Mali, 255 – Jardim Itati – Porto Alegre / RS

Colégio Adventista de Porto Alegre Zona Sul

CNPJ 87.115.838/0074-64

Rua Camaquã, 534 – Camaquã – Porto Alegre / RS

Colégio Adventista de Santa Maria

CNPJ 87.115.838/0016-95

Rua Visconde de Pelotas, 586 – Centro – Santa Maria / RS

Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2018 e 2017



Colégio Adventista de São Borja

CNPJ 87.115.838/0033-96

Rua João Manoel, 3073 – Centro – São Borja / RS

Colégio Adventista de Viamão

CNPJ 87.115.838/0045-20

Rua General Câmara, 226 – Centro – Viamão / RS

Colégio Adventista do Partenon

CNPJ 87.115.838/0026-67

Rua Valado, 363 – Partenon – Porto Alegre / RS

Escola Adventista de Alegrete

CNPJ 87.115.838/0036-39

Rua Bento Manoel, 1121 – Centro – Alegrete / RS

Escola Adventista de Alvorada

CNPJ 87.115.838/0048-72

Rua Ary Muller, 222 – Jardim Maringá – Alvorada / RS

Escola Adventista de Cachoeira do Sul

CNPJ 87.115.838/0004-51

Rua Virgílio de Abreu, 1634 – Centro – Cachoeira do Sul / RS

Escola Adventista de Cachoeirinha

CNPJ 87.115.838/0003-70

Rua Antônio Bastos, 291 – Vila Regina – Cachoeirinha / RS

Escola Adventista de Canudos

CNPJ 87.115.838/0041-04

Rua Vereador Carlos Emilio Kolling, 90 – Canudos – Novo Hamburgo / RS

Escola Adventista de Caxias do Sul

CNPJ 87.115.838/0065-73

Rua Amazonas, 1000 – Jardim América – Caxias do Sul / RS

Escola Adventista de Erechim

CNPJ 87.115.838/0067-35

Rua Clementina Rossi, 169 – Centro – Erechim / RS

Escola Adventista de Fazenda Passos

CNPJ 87.115.838/0015-04

Zona Rural – Fazenda Passos – Rolante / RS

Escola Adventista de Ijuí

CNPJ 87.115.838/0009-66

Rua Ernesto Alves, 249 – Centro – Ijuí / RS

Escola Adventista de Osório

CNPJ 87.115.838/0039-81

Rua Padre Reus, 270 – Centro – Osório / RS



Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2018 e 2017

Escola Adventista de Pelotas

CNPJ 87.115.838/0013-42

Rua Almirante Barroso, 3008 – Centro – Pelotas / RS

Escola Adventista de Rio Grande

CNPJ 87.115.838/0040-15

Rua General Vitorino, 742 – Centro – Rio Grande / RS

Escola Adventista de Santa Cecília

CNPJ 87.115.838/0043-68

Avenida Plácio Motim, 1588 – Santa Cecília – Viamão / RS

Escola Adventista de Santa Isabel

CNPJ 87.115.838/0017-76

Rua Rezende, 25 – Jardim Universitário – Viamão / RS

Escola Adventista de Santo Ângelo

CNPJ 87.115.838/0019-38

Avenida Venâncio Aires, 2168 – Centro – Santo Ângelo / RS

Escola Adventista de Santo Antônio da Patrulha

CNPJ 87.115.838/0027-48

Rua Sezefredo Costa Torres, 64 – Centro – Santo Antônio da Patrulha / RS

Escola Adventista de Sarandi

CNPJ 87.115.838/0018-57

Rua Passos Figueroa, 841 – Sarandi – Porto Alegre / RS

Escola Adventista de Taquara

CNPJ 87.115.838/0020-71

Rua Coronel Flores, 2358 – Centro – Taquara / RS

Centro de Treinamento:

Centro Adventista de Treinamento e Recreação Campestre

CNPJ 87.115.838/0046-00

Loc. Campestre Novo – Distrito – Santo Antônio da Patrulha / RS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Milton Luiz Pereira de Andrade
Presidente

Leonardo Preuss Garcia
Diretor

Márcio Luz da Silva
Administrador

Arnaldo Andrade de Oliveira Lana

Contador
CRC/RS 050929/O-5 T-PR



BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total		150.694.545	135.240.027
1.01	Ativo Circulante	03.1	31.038.616	28.522.909
1.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	03.3	19.703.126	20.889.036
1.01.01.01	Caixa		21.859	16.874
1.01.01.02	Banco Conta Movimento		1.362.068	1.824.274
1.01.01.03	Banco Conta Aplicações		18.319.199	19.047.888
1.01.02	Contas a Receber	03.4 e 4	9.674.642	6.651.983
1.01.02.01	Clientes		2.790	5.488
1.01.02.02	Serviços Educacionais a Receber		14.122.274	11.033.045
1.01.02.03	Adiantamentos a Pessoal		1.808.810	2.197.477
1.01.02.04	Entidades Congêneres a Receber		860.432	236.066
1.01.02.05	Outros Créditos		1.570.398	946.340
1.01.02.06	(-) Deduções Crédito Liquidez Duvidosa	03.5	-8.690.061	-7.766.434
1.01.03	Estoques	03.6	199.998	252.887
1.01.03.01	Materiais de Consumo		199.998	252.887
1.01.04	Despesas Antecipadas		1.460.850	729.002
1.01.04.01	Despesas do Exercício Seguinte	03.7	1.460.850	729.002
1.02	Ativo Não Circulante	03.1	119.655.930	106.717.118
1.02.01	Realizável a Longo Prazo	5	0	18.730
1.02.01.01	Outros Créditos a Longo Prazo		0	18.730
1.02.02	Investimento		0	0
1.02.03	Imobilizado	03.8 e 06	119.647.262	106.680.841
1.02.03.01	Bens em Formação		10.932.863	7.628.845
1.02.03.02	Terrenos		23.266.518	22.090.992
1.02.03.03	Edifícios e Benfeitorias		102.305.543	91.042.604
1.02.03.04	Instalações		2.707.142	2.667.020
1.02.03.05	Móveis e Utensílios		10.604.575	8.758.895
1.02.03.06	Máquinas e Equipamentos		14.096.517	13.296.262
1.02.03.07	Veículos		288.089	288.089
1.02.03.08	Outros Imobilizados		108.546	113.087
1.02.03.09	(-) Depreciação Acumulada		-44.662.530	-39.204.954
1.02.04	Intangível	6	8.667	17.548
1.02.04.01	Direitos de Uso de Softwares		74.613	74.613
1.02.04.02	(-) Amortização Acumulada		-65.946	-57.066

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total		150.694.545	135.240.027
2.01	Passivo Circulante	7	19.870.521	17.252.064
2.01.01	Contas a Pagar	03.9	7.216.993	4.137.534
2.01.01.01	Fornecedores de Materiais e Serviços		1.215.648	683.377
2.01.01.02	Obrigações Tributárias		19.058	6.609
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas		1.307.443	1.093.472
2.01.01.04	Obrigações com Empregados		2.317.213	2.059.697
2.01.01.05	Entidades Congêneres a Pagar		2.004.941	36.503
2.01.01.06	Outras Contas a Pagar		352.691	257.876
2.01.02	Provisões	03.11 e 12	7.443.105	7.430.352
2.01.02.01	Provisões Trabalhistas		6.104.305	5.660.052
2.01.02.02	Provisões Judiciais e Cíveis		338.800	770.300
2.01.02.03	Provisões para Contingências		1.000.000	1.000.000
2.01.03	Fundos em Confiança		17.236	27.684
2.01.03.01	Fundos em Confiança		17.236	27.684
2.01.04	Receitas Antecipadas		5.193.187	5.656.494
2.01.04.01	Adiantamento de Clientes		5.193.187	5.656.494
2.02	Passivo Não Circulante	03.1	4.166.426	3.917.625
2.02.01	Exigível a Longo Prazo		4.166.426	3.917.625
2.02.01.01	Obrigações Tributárias a Longo Prazo		4.146.398	3.883.481
2.02.01.02	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		15.029	34.144
2.02.01.03	Outras Obrigações a Longo Prazo		5.000	0
2.03	Patrimônio Líquido	9	126.657.598	114.070.338
2.03.01	Patrimônio Social		126.657.598	114.070.338
2.03.01.01	Patrimônio Social		114.937.240	107.932.988
2.03.01.02	Reservas Alocadas		11.720.358	6.137.350

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício	Exercício Anterior
			31/12/2018	31/12/2017
3.01	Receitas Operacionais Bruta Educação	03.13 e 13	100.843.064	89.737.813
3.01.01	Receitas Bruta Serviços Educacionais		131.018.448	106.983.870
3.01.01.01	Serviços Educação Básica - Pagantes	13 a	102.456.835	83.384.075
3.01.01.02	Serviços Educação Básica - Dissídio Coletivo		3.398.745	2.101.010
3.01.01.03	Serviços Educação Básica - Bolsas 100%	13 b	16.675.070	14.329.734
3.01.01.04	Serviços Educação Básica - Bolsas 50%	13 b	8.487.798	7.169.051
3.01.02	(-) Deduções Receita Serviços Educacionais	13 c	-40.160.605	-32.868.736
3.01.02.01	Descontos Incondicionais Educação Básica		-11.223.182	-8.917.761
3.01.02.02	Bolsas Educação Básica - Dissídio Coletivo		-3.398.745	-2.101.010
3.01.02.03	Bolsas Educação Básica - 100%		-16.675.070	-14.329.734
3.01.02.04	Bolsas Educação Básica - 50%		-8.487.798	-7.169.051
3.01.02.05	Cancelamento de Serviços Recebidos		-101.628	-149.301
3.01.02.06	Outros Descontos		-274.183	-201.879
3.01.03	Receitas de Doações, Subvenções e Outras	13 d	9.985.221	15.622.680
3.01.03.01	Subvenções Não Governamental - Sem Restrição		930.718	7.883.356
3.01.03.02	Doações Recebidas - Sem Restrição		2.840.989	2.491.354
3.01.03.03	Outras Receitas Recorrentes		6.213.513	5.247.970
3.02	Resultado Bruto Educação		100.843.064	89.737.813
3.03	(-) Custos Despesas Operacionais Educação		-90.922.551	-78.182.934
3.03.01	(-) Custos e Despesas Operacionais		-90.922.551	-78.182.934
3.03.01.01	Despesas com Pessoal		-50.802.700	-45.147.794
3.03.01.02	Encargos Sociais e Previdenciários		-4.677.328	-4.197.073
3.03.01.03	Administrativas e Gerais		-10.325.161	-8.155.383
3.03.01.04	Despesas com Materiais		-3.577.464	-2.903.826
3.03.01.05	Conservação e Manutenção		-3.673.747	-2.673.572
3.03.01.06	Depreciação e Amortização		-5.961.825	-5.620.483
3.03.01.07	Despesas com Provisões		-2.971.421	-2.701.672
3.03.01.08	Encargos Tributários		-153.247	-132.478
3.03.01.09	Assistência, Treinamentos e Orientação Social Instituições		-8.779.660	-6.650.653
3.04	Resultado Líquido Educação		9.920.512	11.554.879

Continua...



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
3.05	Resultado Atividades Sustentáveis		-631.680	-464.869
3.05.01	Receitas Atividades Sustentáveis		4.627.057	3.927.699
3.05.01.01	Receitas Pensionato Internato		4.383.987	3.627.107
3.05.01.02	Alojamentos e Hospedagens no Pensionato		8.900	30.536
3.05.01.03	Receita com Refeições no Pensionato		234.170	269.704
3.05.01.04	Receita com Aluguéis e Arrendamentos no Pensionato		0	352
3.05.02	(-) Deduções Receita Atividades Sustentáveis		-1.620.973	-1.294.797
3.05.02.01	Descontos Incondicionais Pensionato		-1.620.973	-1.294.797
3.05.03	(-) Custos e Despesas Atividades Sustentáveis		-3.637.764	-3.097.772
3.05.03.01	Despesas com Pessoal no Pensionato		-1.142.378	-1.076.907
3.05.03.02	Encargos Sociais e Previdenciários no Pensionato		-98.180	-91.436
3.05.03.03	Administrativas e Gerais no Pensionato		5.563	40.795
3.05.03.04	Despesas com Materiais no Pensionato		-1.365.585	-1.196.967
3.05.03.05	Conservação e Manutenção no Pensionato		-440.103	-206.643
3.05.03.06	Depreciação e Amortização no Pensionato		-455.423	-459.734
3.05.03.07	Encargos Tributários no Pensionato		-18.016	-18.920
3.05.03.08	Assistência, Treinamentos e Orientação Social Instituições		-123.642	-87.959
3.06	Resultado Financeiro e Patrimonial		2.023.391	2.339.198
3.06.01	Receitas e Despesas Financeiras		2.096.823	2.705.202
3.06.01.01	Receitas Financeiras		2.396.148	2.875.536
3.06.01.02	Despesas Financeiras		-299.325	-170.334
3.06.02	Receitas e Despesas Patrimoniais		-73.432	-366.004
3.06.02.01	Receitas Patrimoniais		8.545	44.543
3.06.02.02	Despesas Patrimoniais		-81.977	-410.547
3.07	Resultado Outras Receitas e Despesas		1.275.037	818.944
3.07.01	Outras Receitas e Despesas	14	1.275.037	818.944
3.07.01.01	Outras Receitas		2.764.323	1.989.282
3.07.01.02	Outras Despesas		-1.489.286	-1.170.338
3	Superávit do Exercício	15	12.587.260	14.248.152

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Último Exercício	Exercício Anterior
		31/12/2018	31/12/2017
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.238.088	19.840.288
4.01.01	Resultado do Exercício Ajustado	18.977.344	20.343.358
4.01.01.01	Superávit do Exercício	12.587.260	14.248.152
4.01.01.02	Depreciação do Imobilizado	5.457.576	5.153.918
4.01.01.03	Amortização do Intangível	8.881	10.476
4.01.01.04	Provisão Créditos de Liquidez Duvidosa	923.627	930.813
4.01.02	(Aumento) Redução Ativos Circulantes e Realizável LP	-4.606.515	-1.698.086
4.01.02.01	Contas a Receber	-3.946.286	-2.757.295
4.01.02.02	Estoques	52.889	8.757
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	-731.847	1.046.992
4.01.02.04	Realizável a Longo Prazo	18.730	3.459
4.01.03	Aumento (Redução) Passivos Circulantes e Exigível LP	2.867.258	1.195.016
4.01.03.01	Contas a Pagar	3.079.460	225.068
4.01.03.02	Provisões	12.753	308.950
4.01.03.03	Fundos em Confiança	-10.448	16.014
4.01.03.04	Receitas Antecipadas	-463.307	219.439
4.01.03.05	Exigível a Longo Prazo	248.801	425.544
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.423.998	-20.535.678
4.02.01	(Acréscimo) Redução nos Investimentos	-18.423.998	-20.535.678
4.02.01.01	Imobilizado	-18.423.998	-20.526.991
4.02.01.02	Intangível	0	-8.687
4.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	0
4.04	Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes	-1.185.911	-695.390
4.04.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.889.036	21.584.426
4.04.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.703.126	20.889.036

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Código	Descrição	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajuste Aval. Patrimonial	Superávit (Déficit)	Patrimônio Líquido
5.00	Saldo Inicial em 31 dezembro de 2016	96.685.833	3.136.354	0	0	99.822.187
5.01.01	Superávit/Déficit do Período				14.248.152	14.248.152
5.01.02	Recursos de Outra Reservas		3.000.996		-3.000.996	0
5.01.03	Recursos de Superávit	11.247.155			-11.247.155	0
5.01	Saldo em 31 dezembro de 2017	107.932.988	6.137.350	0	0	114.070.338
5.02.01	Superávit/Déficit do Período				12.587.260	12.587.260
5.02.02	Recursos de Outra Reservas		5.583.008		-5.583.008	0
5.02.03	Recursos de Superávit	7.004.252			-7.004.252	0
5.02	Saldo Final em 31 dezembro de 2018	114.937.240	11.720.358	0	0	126.657.598

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Reais Mil)

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL RIO-GRANDENSE DE EDUCAÇÃO, denominada nas demonstrações como Instituição, é uma associação de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativo, de natureza jurídica filantrópica, instituída pela Organização Adventistas, tem por objetivos e propósitos estatutários a promoção da educação em todos os seus níveis, com atuação no Estado do Rio Grande do Sul, nas cidades dos estabelecimentos educacionais relacionados nos dados da Instituição nestas demonstrações. Com atividade preponderante na área de Educação, seguindo os ditames do artigo 13 da lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013. Possui título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto n.º 64.438 de 30/04/1969 e título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto n.º 14.263 de 25/10/1962. A entidade possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Educação - CEBAS, registrado e reconhecido no Ministério da Educação, tendo sua validade até o dia 01 de janeiro de 2011 conforme o processo número 71010.001944/2009-70, sendo sua renovação processada sob número 23.000.012098/2016-19, o qual encontra-se em fase de análise no Ministério da Educação.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão apresentados em Reais.

A Instituição declara expressamente que a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 R1 aprovada pela Resolução do CFC 1.255/2009 à Resolução nº 1.185/09 do CFC e da ITG 2002 R1 aprovada pela Resolução nº 1.409/2012 do CFC que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

A administração da Instituição declara que as Demonstrações Financeiras refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional.

As Demonstrações Financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

Foram elaboradas, segundo previsto na ITG 2002 (R1), as seguintes Demonstrações Financeiras comparativas: o Balanço Patrimonial - BP; a Demonstração do Resultado do Período - DRP; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; e as Notas Explicativas - NE.

NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 levaram em conta ao serem elaboradas e apresentadas, as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil.



A preparação das Demonstrações Financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas que possam afetar valores de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras.

A entidade elabora suas Demonstrações Financeiras usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimentos para esses itens.

03.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações com vencimento ou com expectativa e realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com a expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes;

03.2 Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida, como no caso das Transferências Internas, ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação;

03.3 Caixa e Equivalentes de Caixa: São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Financeiras, os numerários em poder da empresa e moeda corrente em caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até três meses ou menos e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

03.4 Contas a Receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços educacionais no decurso normal das atividades da Instituição. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal faturado adotando-se o critério de apropriação de receitas a receber. Se o prazo de recebimento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva. Se a administração da Instituição encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado;

03.5 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Esta provisão é constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos das Contas a Receber. A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela entidade com base na análise dos títulos e seus prováveis valores de realização;

03.6 Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o custo estimado dos estoques para o consumo no curso normal das atividades da entidade;

03.7 Despesas Antecipadas: É representada por despesas do exercício seguinte, substancialmente, por valores pagos por antecipação relativos à contratação de prestação de serviços que serão prestados e trarão benefícios futuros para a entidade, serão apropriadas ao resultado pelo prazo previsto da confrontação das despesas com as receitas geradas por estes serviços.



03.8 Imobilizado: O valor justo apurado dos ativos imobilizados é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas a seguir e levam em consideração a vida útil e utilização dos bens. O valor contábil de itens substituídos é baixado, os outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, todos os outros gastos são lançados em contrapartida no resultado do exercício como despesa, quando incorrido. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais perto do que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa Depreciação
Edifícios	4%
Instalações	5%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	25%
Veículos	25%
Biblioteca	10%
Softwares	33,33%

03.9 Contas a Pagar: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente;

03.10 Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de resgate é reconhecida a demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando a taxa de juros efetiva;

03.11 Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, se a administração tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Instituição liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é registrada mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena;

03.12 Apuração do Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo, acordados em contrato - valores recebidos ou a receber e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;

03.13 Reconhecimento das Receitas: A receita da prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços educacionais no curso normal das atividades



da empresa e é apresentada líquida das contribuições, das devoluções e dos descontos incondicionais. A receita da prestação de serviços é reconhecida quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços puder ser estimada de forma confiável, ou seja, quando todas as condições a seguir forem satisfeitas:

- a) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- b) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- c) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável.

03.14 Julgamento e Uso das Estimativas Contábeis: A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Instituição se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados pela perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil, valor residual e impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) expectativas de realização de créditos tributários diferidos de contribuições;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Instituição.

03.15 Eventos Subsequentes: A Instituição não registrou nenhum evento subsequente que se torna necessário fazer a publicação em notas explicativas ou outras providências previstas na legislação contábil em vigor.

NOTA 04 - CONTAS A RECEBER

Os itens que compõe o saldo das Contas a Receber estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Contas a Receber	31/12/2018	31/12/2017
Cientes	2.790	5.488
Serviços Educacionais a Receber	14.122.274	11.033.045
Adiantamentos a Pessoal	1.808.810	2.197.477
Entidades Congêneres a Receber	860.432	236.066
Outros Créditos	1.570.398	946.340
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	-8.690.061	-7.766.434
Total a Receber Líquido	9.674.642	6.651.983



NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) O item que compõe o saldo do Realizável a Longo Prazo está relacionado a seguir:

Realizável a Longo Prazo	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos Judiciais a Receber	0	18.730
Total a Realizável a Longo Prazo	0	18.730

NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) Imobilizado - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos até 31 de dezembro de 1995, conforme parâmetros estabelecidos e vigente na época. As depreciações dos bens que compõem o imobilizado foram calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Imobilizado	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Informática	Veículos	Outros	Total
Saldos 1º de janeiro 2017	13.266.978	50.485.202	2.245.709	4.344.183	3.312.347	2.827.269	91.186	14.734.893	91.307.767
Aquisições e Baixas	8.824.014	16.824.125	45.289	875.332	380.272	635.605	45.889	(7.103.534)	20.526.991
Depreciações	0	(3.418.358)	(130.161)	(329.598)	(382.292)	(857.509)	(57.250)	21.249	(5.153.918)
Saldos 31 de dezembro 2017	22.090.992	63.890.969	2.160.837	4.889.918	3.310.327	2.605.365	79.825	7.652.608	106.680.841
Custo do Imobilizado	22.090.992	91.042.604	2.667.020	8.758.895	6.301.023	6.995.239	288.089	7.741.933	145.885.794
Depreciação Acumulada	0	(27.151.635)	(506.183)	(3.868.977)	(2.990.696)	(4.389.874)	(208.264)	(89.325)	(39.204.954)
Valor Residual	22.090.992	63.890.969	2.160.837	4.889.918	3.310.327	2.605.365	79.825	7.652.608	106.680.841
Saldos 1º de janeiro 2018	22.090.992	63.890.969	2.160.837	4.889.918	3.310.327	2.605.365	79.825	7.652.608	106.680.841
Aquisições e Baixas	1.175.526	11.262.940	40.122	1.845.680	311.787	488.468	0	3.299.476	18.423.998
Depreciações	0	(3.409.715)	(129.758)	(586.050)	(364.532)	(929.586)	(51.185)	13.251	(5.457.576)
Saldos 31 de dezembro 2018	23.266.518	71.744.193	2.071.201	6.149.547	3.257.581	2.164.247	28.640	10.965.335	119.647.262
Custo do Imobilizado	23.266.518	102.305.543	2.707.142	10.604.575	6.612.810	7.483.707	288.089	11.041.408	164.309.792
Depreciação Acumulada	0	(30.561.350)	(635.941)	(4.455.028)	(3.355.228)	(5.319.460)	(259.449)	(76.074)	(44.662.530)
Valor Residual	23.266.518	71.744.193	2.071.201	6.149.547	3.257.581	2.164.247	28.640	10.965.335	119.647.262

b) Intangível - Os ativos Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, inicialmente reconhecidos pelo valor líquido contábil, sendo que os intangíveis estão reavaliados com base em laudos de empresas especializadas e de peritos até 2007, conforme parâmetros estabelecidos na vigente época. As amortizações do intangível foram calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o período estimado de seus benefícios para as suas atividades.



	Intangível	Softwares	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017		19.337	19.337
Aquisições		8.687	8.687
Amortizações		(10.476)	(10.476)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		17.548	17.548
Custo do Intangível		74.613	74.613
Amortização Acumulada		(57.066)	(57.066)
Valor Residual		17.548	17.548
Saldos em 1º de janeiro de 2018		17.548	17.548
Aquisições		0	0
Amortizações		(8.881)	(8.881)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		8.667	8.667
Custo do Intangível		74.613	74.613
Amortização Acumulada		(65.946)	(65.946)
Valor Residual		8.667	8.667

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo das contas de fornecedores de material e serviços em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Contas a Pagar	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de Materiais e Serviços	1.215.648	683.377
Obrigações Tributárias	19.058	6.609
Obrigações Trabalhistas	1.307.443	1.093.472
Obrigações com Empregados	2.317.213	2.059.697
Entidades Congêneres a Pagar	2.004.941	36.503
Outras Contas a Pagar	352.691	257.876
Total a Pagar Líquido	7.216.993	4.137.534

NOTA 08 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

Os itens que compõe o saldo do exigível a longo prazo estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Passivo Não Circulante	31/12/2018	31/12/2017
Exigível a Longo Prazo		
Obrigações Tributárias a Longo Prazo	4.146.398	3.883.481
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	15.029	34.144
Outras Obrigações a Longo Prazo	5.000	0
Total Exigível a Longo Prazo	4.166.426	3.917.625



NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução 1.292/10 e NBC TG 01, a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu a não necessidade de testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2018, pois o mesmo foi discutido e constatou-se que esses ativos encontram-se registrados corretamente, pois foram avaliados a valor de mercado neste exercício de 2018. Para o exercício de 2019 a entidade poderá determinar a vida útil dos bens existentes no Ativo Imobilizado e Intangível, bem como poderá realizar o diagnóstico da necessidade de realização da Provisão para Perdas - Impairment, das demais contas, visando atender a Lei 11.638/07 e os Pronunciamentos Contábeis Técnicos CPC 01, CPC 04 e CPC 27.

NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.125/08 que aprovou a NBC TG 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13.

NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS

A Instituição possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos, trabalhistas e tributários, que a entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão para contingências passivas, reconhecidas contabilmente as quais demonstramos abaixo a situação em 31 de dezembro de 2018:

Provisões	31/12/2018	31/12/2017
Provisões Trabalhistas	6.104.305	5.660.052
Provisões Judiciais e Cíveis	338.800	770.300
Provisões para Contingências	1.000.000	1.000.000
Total de Provisões	7.443.105	7.430.352

NOTA 13 - RECEITAS

A Receita Bruta Operacional corresponde ao montante de receitas da atividade preponderante da instituição conforme descrito no artigo 14, I, do Estatuto Social e é formada pelos seguintes grupos:

- Receitas de Mensalidade dos Alunos Pagantes (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999 e lei nº 9.394/1996;
- Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999, lei nº 9.394/96 e Art. 31 do Decreto nº 8.242/2014)
- Deduções: Descontos Incondicionais; Bolsas de Estudos Concedidas, Dissídios Coletivos e Devoluções de Serviços Recebidos. (Artigo 187 Lei nº 6.404/1976);
- Doações, Subvenções (ITG 2002) e Outros Serviços Educacionais referentes a Serviço de Secretaria e Cursos Livres.



NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS

Conforme a Resolução 1.152/09 e 1.157/09 e a Lei nº. 11.941/09 as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Outras Receitas	31/12/2018	31/12/2017
Contas Reavidas	134.716	111.959
Depósitos Bancários Não Identificados	91.511	88.338
Reversões de Provisões	2.413.511	1.708.333
Outras Receitas Não Recorrentes	124.585	80.652
Total de Outras Receitas	2.764.323	1.989.282
Outras Despesas	31/12/2018	31/12/2017
Contas Incobráveis	1.393.073	1.074.988
Despesas de Exercícios Anteriores	30.801	38.530
Outras Despesas Não Recorrentes	65.413	56.820
Total de Outras Despesas	1.489.286	1.170.338

NOTA 15 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício foi elaborada de acordo com o artigo 187 da lei nº 6.404/1976 atualizado pela Lei nº 11.941/2009.

O superávit dos exercícios de 2018 e 2017 foram incorporados ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15 que descreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de vida e contra acidentes pessoais e seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

NOTA 17 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Em virtude da Instituição ser sem fins lucrativos, por força do Art. 150, Inciso VI, alínea "C" e parágrafo 4º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, a entidade goza de imunidade à incidência dos impostos federais, estaduais e municipais tais como: Imposto Sobre Renda - IR, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU, Imposto Territorial Rural – ITR, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS.

NOTA 18 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2018 e 2017.



NOTA 19 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

a) Contribuição Previdenciário para o INSS

Conforme o Art. 29 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições previdenciárias de que tratam os Art. 22 e 23 da lei nº 8.212/1991.

A seguir demonstraremos as contribuições sociais usufruídas:

Descrição	Sustentáveis	Educação	Total
Folha de Salários - 20%	323.522	8.532.761	8.856.282
Serviços de Autônomos e Individuais - 20%	130	55.466	55.596
Terceiros (4,5% - Educação)	72.792	1.919.872	1.992.664
RAT/SAT(1%, 2% ou 3%)	31.853	509.913	541.766
Total	428.297	11.018.012	11.446.309

Nota: * O RAT pode variar de 1% a 3%, dependendo do grau de risco de cada Entidade.

Nota: ** Algumas entidades podem ter o percentual de terceiros de 4,5%.

b) PIS/PASEP e COFINS

Em relação a contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei 9.532/97 que trata o Art. 13 Medida Provisória 2.158-35/2001, a Instituição possui isenção com base no Processo número 2005.70.00.011625-7 que transitou em julgado em 01 de julho de 2014, e goza do benefício por não incidência da COFINS sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com a Lei 9.178/98

A seguir demonstraremos as contribuições sociais usufruídas:

c) Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL

Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, entendemos que é inaplicável às entidades sem fins lucrativos, pois, não possuem “lucro” conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência por ausência de base de cálculo. Vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com lucro. Entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não estaria sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro. A Contribuição Social é isenta conforme o Decreto 76.186/75, 75 e os artigos 178 e 184 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR, aprovado pelo Decreto 9.580 de 2018.

NOTA 20 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

Conforme determinação do Art. 40 da Lei nº 12.101/09, alterada pela lei nº 12.868/2013 e o Decreto nº 8.242/2014 a Instituição já procedeu com o recadastramento no Ministério da Educação, pelo site do SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>). A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica) e no E-MEC.



Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

Os serviços de educação desenvolvidos pela Instituição são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) em adequação com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996) nas quais está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

NOTA 21 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS

Em atendimento ao Art. 13 da Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei nº 12.868/2013 (Educação Básica) a instituição deverá conceder bolsas de estudo nas seguintes proporções:

- Concede anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes da educação básica;
- Concede no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes da educação básica;
- Concede bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

Educação Básica	Qtde* 2018	Qtde* 2017
Alunos Matriculados	15.073	13.540
Alunos com Bolsa Integral	1.813	1.701
Alunos Pagantes [Alunos Matriculados (-) Alunos Bolsa Integral]	13.260	11.839
Alunos com Bolsa Integral Necessários (Relação 1 para 9) [Alunos Pagantes / 9]	1.473	1.315
Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 9) [Alunos Necessários (-) Alunos com Bolsa Integral]	340	386

Educação Básica	Qtde* 2018	Qtde* 2017
Alunos Necessários (Proporção 1 para 5) [Alunos Pagantes / 5]	2.652	2.368
Alunos com Bolsa Integral	1.813	1.701
Saldo Excedente de Alunos (Proporção 1 para 5) [Alunos com Bolsa Integral (-) Alunos Necessários 1 para 5]	-839	-667
Alunos com Bolsa Parcial 50%	1.922	1.789
Saldo Excedente de Alunos (Proporção 1 para 5) [(Alunos com Bolsa Parcial / 2)+Saldo Excedente Bolsas Integrais]	122	228

(*) Quantidades no Final do Ano Letivo 2018 e 2017

(**) Os alunos bolsistas se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2009 alterada pela Lei 12.868/2013

(***) Não foram excluídos os inadimplentes das quantidades.

I - A instituição concedeu 340 (trezentos e quarenta) Bolsa Integrais em 2018 e 386 (trezentos e oitenta e seis) Bolsas Integrais em 2017 a mais do que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de 1 (uma) Bolsa Integral para cada 9 (nove) alunos pagantes.

II – A instituição concedeu 122 (cento e vinte duas) Bolsas Parciais de 50% em 2018 a mais que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de uma Bolsa Integral para cada 5(cinco) alunos pagantes.

NOTA 22 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA

A Entidade, em conformidade com o Art. 13 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela Lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242/2014, oferece bolsas educacionais para alunos de baixa renda, comprovadamente em situação de vulnerabilidade social, na forma da Lei (Art. 14 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela Lei nº 12.868/2013).

A receita base da educação básica para apuração da obrigação mínima dos 20% foi elaborada conforme a interpretação literal do Art. 13 da Lei nº 12.101/09.



As aplicações em gratuidades educacionais para os exercícios de 2018 e 2017 na Educação Básica estão demonstradas a seguir:

Rubricas Contábeis	2018	2017
Anuidades em Educação Básica	131.018.448	106.983.870
(+) Valores Recebidos dos Anos Anteriores	2.187.682	1.771.266
(-) Parcelas Devolvidas	0	0
(-) Bolsas de Estudo Integrais	-16.675.070	-14.329.734
(-) Bolsas de Estudo Parciais 50%	-8.487.798	-7.169.051
(-) Bolsa Funcional de Dissídio Coletivo	-3.398.745	-2.101.010
(-) Desconto Incondicionais	-11.223.182	-8.928.213
(-) Inadimplência	-6.609.596	-4.165.385
Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	86.811.740	72.061.743
Valor Aplicado Gratuidades – Filantropia	25.162.868	21.498.785
Percentual Aplicado	28,99%	29,83%
Receita	2018	2017
(+) Receita Total	131.018.448	106.983.870
(+) Valores Recebidos dos Anos Anteriores	2.187.682	1.771.266
(-) Deduções	-39.784.795	-32.528.008
(-) Inadimplência	-6.609.596	-4.165.385
(=) Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	86.811.740	72.061.743
(-) Obrigação – 20% sobre a Receita Efetivamente Recebida	-17.362.348	-14.412.349
(+) Gratuidade Concedida	25.162.868	21.498.785
(=) Gratuidade Concedida a Maior que a Obrigação	7.800.520	7.086.437

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018.


 Arnaldo Andrade de Oliveira Lana
 Contador
 CRC/RS 050929/O-5 T-PR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À
Diretoria da
INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL RIOGRANDENSE DE EDUCAÇÃO
Porto Alegre – RS

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL RIOGRANDENSE DE EDUCAÇÃO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL RIOGRANDENSE DE EDUCAÇÃO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas inevidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 27 de abril de 2018, o qual não conteve qualquer modificação.

* * *

Porto Alegre, 29 de abril de 2019



Nilton Antonio Tiellet Borges
Contador CRC RS-015233/O-8 S-PR - CNAI 81
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722
CPF 005.449.140-15

TSA Auditores Associados Sociedade Simples
CRC RS-004240/O-1 S-PR
CNPJ 05.750.330/0001-18



DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como do Relatório da TSA Auditores Independentes, a diretoria declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria Independente emitido pela TSA Auditores Associados.

Porto Alegre, 30 de abril de 2019.

Milton Luiz Pereira de Andrade
Presidente

Leonardo Preuss Garcia
Diretor

Márcio Luz da Silva
Administrador